



Ministério da Saúde
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Superintendência Estadual do Ministério da Saúde na Bahia
Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa

NOTA TÉCNICA Nº 2/2025-BA/SEINP/BA/SEMS/SAA/SE/MS

1. ASSUNTO

1.1. Análise das Programações Anuais de Saúde (PAS) inseridas no DigiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP) quanto a presença de ações de saúde relacionadas especificamente à saúde da população negra no estado da Bahia no ciclo de gestão 2022-2025.

1.1.1. Amplia os dados, qualifica a análise, atualiza e cancela a Nota Técnica Nº 1/2025-BA/SEINP/BA/SEMS/SAA/SE/MS.

2. INTRODUÇÃO

2.1. O Serviço de Articulação Intefederativa e Participativa (SEINP), originalmente constituído pela [Portaria GM/MS nº 1.419 de 8 de junho de 2017](#), atua em atividades de apoio institucional e articulação interfederativa, incluindo entre suas competências: "executar, monitorar e avaliar as atividades de apoio institucional necessárias à implementação de ações do SUS, no âmbito do componente Federal e em articulação com instituições de saúde, de educação e de controle social"; e "apoiar o estado, o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde - Cosems e demais atores locais no planejamento em saúde, em especial na elaboração dos Planos de Saúde, da Programação Anual de Saúde e dos Relatórios de Gestão, visando a garantir que os mesmos expressem as diretrizes dos respectivos Conselhos de Saúde e das Políticas de Saúde pactuadas".

2.2. A Programação Anual de Saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas nas Diretrizes, nos Objetivos, nas Metas e nos Indicadores do Plano de Saúde, visa anualizar as metas e informar a previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados no ano correspondente. A PAS, assim como o Plano de Saúde e os Relatórios de Gestão, são os instrumentos para o planejamento no âmbito do SUS, de acordo com a [Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017](#).

2.3. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída pela [Portaria GM/MS nº992 de 13 de maio de 2009](#), reconhece o racismo, as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, visando à promoção da equidade em saúde. Define os princípios, as diretrizes, os objetivos, as estratégias e as responsabilidades das três esferas da gestão (federal, estadual e municipal) para atender às especificidades da

população negra de forma oportuna e humanizada no que se refere ao cuidado integral, a prevenção de doenças, a assistência, promoção e vigilância em saúde, assim como ações de gestão participativa e controle social.

2.4. A PNSIPN apresenta como princípio organizativo a transversalidade, caracterizada pela complementaridade, confluência e reforço recíproco de diferentes políticas de saúde no que se refere as várias fases do ciclo de vida, as demandas de gênero e as questões relativas à orientação sexual, à vida com patologia ou com deficiência temporária ou permanente. Assim, espera-se superar as barreiras estruturais e cotidianas que incidem negativamente na saúde dessa população e são verificadas em indicadores como a precocidade de óbitos, as altas taxas de mortalidade materna e infantil, a maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas e os altos índices de violência.

2.5. Entre as estratégias de gestão definidas pela PNSIPN está o desenvolvimento de ações específicas para a redução das disparidades étnico raciais nas condições de saúde e nos agravos, considerando as necessidades locorregionais, sobretudo na morbimortalidade materna e infantil e naquela provocada por: causas violentas; doença falciforme; DST/HIV/aids; tuberculose; hanseníase; câncer de colo uterino e de mama; transtornos mentais. A Gestão Municipal tem responsabilidades específicas, entre elas a implementação, o monitoramento e a avaliação do impacto da PNSIPN em âmbito municipal; e a inclusão dela em seus instrumentos de planejamento e gestão.

2.6. Por outro lado, a [Nota Técnica Nº 9/2024-CGMA/DEMAS/SEIDIGI/MS](#) apresenta informações que apontam para disparidades regionais e fragilidade institucional quanto a inclusão das ações propostas pela PNSIPN no planejamento municipal, e aponta a inclusão de ações da PNSIPN nos Planos Municipais de Saúde como um importante indicador de enfrentamento ao racismo, assim como inserção de temas de saúde da população negra e combate ao racismo nos cursos e processos formativos de pessoas da área da saúde.

2.7. Conforme as informações disponíveis no [Painel Saúde da População Negra](#), 170 dos 417 municípios baianos informaram, em 2021, que contemplaram ações previstas na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em seus Planos Municipais de Saúde e 157 incluíam temas correlatos nas ações educativas ofertadas para sua força de trabalho em saúde. Em 2022, o Estado da Bahia possuía 79,69% da população que se autodeclarava negra. Entre as nove macrorregiões de saúde, essa proporção varia entre 70,09 e 84,49%. Já entre os 417 municípios, varia entre 49 e 96,17%. Destaca-se que a maioria (359) dos municípios baianos tem proporção maior que 70% e apenas um, com 49%, não tem população majoritariamente negra.

2.8. Cabe destacar que, no âmbito estadual, a Bahia avançou com a publicação do [Decreto nº 14.720 de 29 de agosto de 2013](#), que instituiu a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População Negra, alinhando-se às diretrizes nacionais e fortalecendo a atuação do SUS na garantia de direitos e na superação das iniquidades em saúde. O Artigo 7º do Decreto traz as competências dos municípios para consecução dessa política, onde diz: "IV – garantir a inclusão desta Política no Plano Municipal de Saúde, no Planejamento Plurianual setorial e nos correspondentes Relatórios de Gestão, em consonância com as realidades e necessidades locais".

2.9. Nesse sentido, após 15 anos de publicação da PNSIPN, é relevante verificar se as PAS dos municípios da Bahia apresentam ações relacionadas à execução da Política, considerando sua importância para o enfrentamento do racismo institucional e para a promoção da equidade em saúde da população negra.

3. **OBJETIVO**

3.1. Esta nota técnica visa apresentar a situação das ações de saúde com foco na população negra presentes nas programações anuais de saúde (PAS) dos municípios da Bahia, no quadriênio 2022-2025.

4. **MÉTODO**

4.1. Investigou-se os municípios da Bahia. A Bahia é a unidade da federação brasileira com maior proporção de população negra (79,69%), possui 417 municípios. Os municípios estão organizados em nove macrorregiões de saúde.

4.2. Foi realizado um estudo tranversal com a extração de dados do Sistema DigiSUS - Módulo Planejamento (DGMP), no dia 05 de maio de 2025, a partir da ferramenta "[Busca Termos nos Instrumentos de Planejamento](#)", disponível para acesso público. Para a busca dos municípios da Bahia que possuem, em suas PAS, ações de saúde que contemplam, especificamente, a população negra, foi selecionado o campo de "ação", utilizando os termos: negra, negro, preto, preta, parda, pardo, quilombo, raça, racial, racismo, falciforme e africana.

4.3. Nesta data, utilizou-se também o DGMP para verificar a situação de entrega das programações para o período analisado de 2022 a 2025, por meio da ferramenta "[Extração dos Instrumentos de Planejamento](#)". Foram identificados 394 municípios baianos com PAS para o ano de 2022 elaboradas (em análise ou aprovadas pelo Conselhode Saúde) e a mesma situação em 381, 332 e 130 municípios para os anos de 2023, 2024 e 2025 respectivamente.

4.4. Esse levantamento e o tratamento dos dados foi realizado pelo Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde na Bahia (SEINP/SEMS-BA).

4.4.1. Os municípios cujas PAS apresentam ações de saúde voltadas para a população negra foram identificados de acordo com as macrorregiões de saúde que integram, conforme a identificação territorial no DGMP.

4.4.2. Foi identificada, por meio do [Painel Saúde da População Negra](#), a proporção de população negra de cada município e macrorregião de saúde. Em seguida, classificou-se em ordem decrescente.

4.4.3. Foram identificadas 996 ações de saúde no levantamento inicial. Foram retiradas 113 duplicatas, como primeira limpeza do banco de dados, e prosseguiu-se com a leitura completa do texto de cada ação.

4.4.4. Durante a leitura completa, excluiu-se 280 ações de saúde identificadas com palavras que, embora contenham a sequência de caracteres que formam um dos termos de busca, não se referem de fato a eles, como, por exemplo, "traçar". Exlcuiu-se também uma ação cuja descrição continha apenas algumas palavras relacionadas sem formar frase que remetesse a uma ação. Após essa segunda limpeza, restaram 599 ações incluídas na análise.

4.4.5. As ações de saúde foram agrupadas em três diferentes categorias de análise:

I - Período de execução: considerando o ano de exercício da PAS;

II - Menção de Políticas: observando as menções, considerando todos os tipos de políticas; e classificando entre aquelas que citam expressamente a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População Negra ou a PNSIPN e aquelas que não as citam, considerando a menção da sigla ou da descrição parcial ou completa do nome da política no texto.

III - Dimensões da PNSIPN relacionada: concebendo uma dimensão geral e nove dimensões específicas conforme classificação abaixo, elaborada a partir dos objetivos geral e específicos da Política, considerando as responsabilidades da esfera municipal (Quadro 1).

Quadro 1 - Dimensões geral e específicas elaboradas com base nos objetivos da PNSIPN.

Dimensão Geral	
Promoção da saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS.	
Dimensões Específicas	
I	Garantia e ampliação do acesso da população negra às ações e aos serviços de saúde.
II	Inclusão dos objetivos da Política e/ou do tema Combate às Discriminações e outros correlatos a saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente das trabalhadoras e trabalhadores da saúde e no exercício do controle social.
III	Identificação, combate e prevenção de situações de abuso, exploração e violência no ambiente de trabalho.
IV	Qualificação dos sistemas de informação em saúde com inclusão do quesito cor nos instrumentos de coleta de dados e/ou processamento e análise dos dados desagregados por raça, cor e etnia.
V	Identificação das necessidades de saúde da população negra do campo e da floresta e das áreas urbanas e utilização como critério de planejamento e definição de prioridades;
VI	Definição e pactuação interfederativa de indicadores e metas para a promoção da equidade étnico-racial na saúde.
VII	Monitoramento e avaliação de indicadores e metas pactuados para a promoção da saúde da população negra visando reduzir as iniquidades territoriais.
VIII	Monitoramento e avaliação das mudanças na cultura institucional, visando à garantia dos princípios anti-racistas e não-discriminatório.
IX	Fomento aos estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra

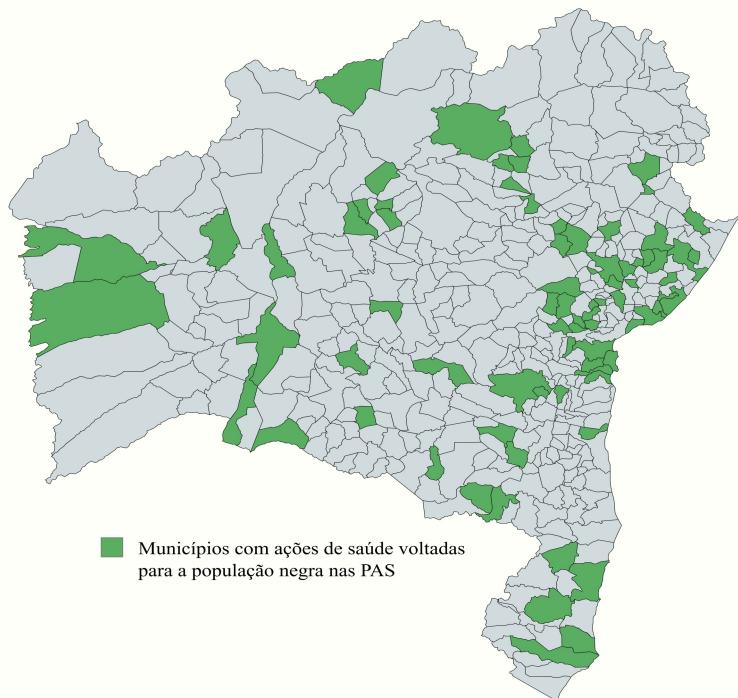
Fonte: Dimensões elaboradas pelo SEINP/BA com base nos objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

4.5. Os resultados da análise foram organizados em planilhas e ilustrados em forma de gráficos, mapas e tabelas.

5. RESULTADOS

5.1. Observou-se que, no quadriênio 2022-2025, dentre os 417 municípios da Bahia, 78 (18,71%) possuem ações em suas programações anuais de saúde que contemplam especificamente a população negra. Estão destacados no mapa abaixo, de modo a facilitar a análise pela distribuição espacial (Figura 1).

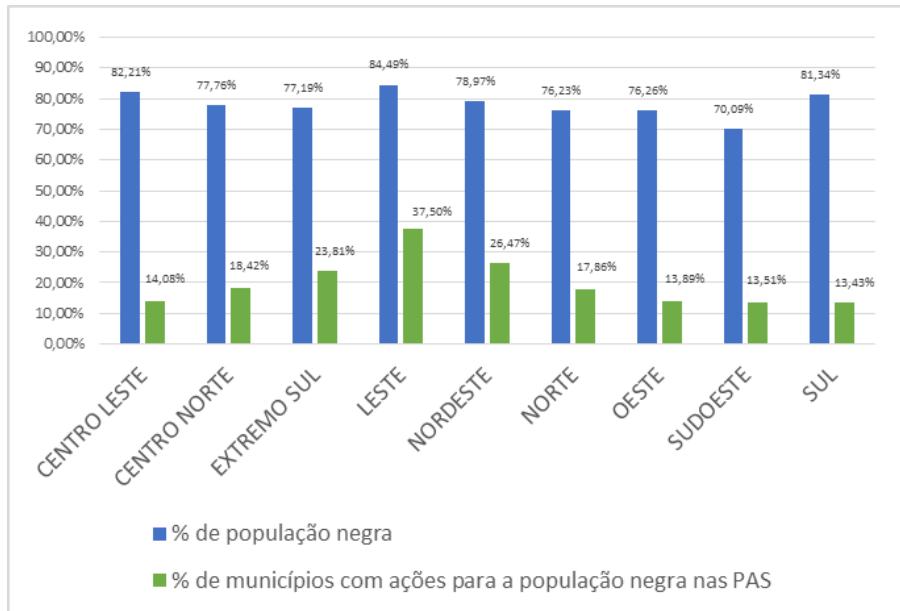
Figura 1 - Municípios com ações de saúde voltadas para a população negra nas Programações Anuais de Saúde, Bahia 2025.



Fonte: Elaborado pelo SEINP/BA com dados do Sistema DGMP, 2025.

5.2. Em relação as macrorregiões de saúde, as ações específicas foram encontradas em todas elas. A Leste, a Nordeste e a Extremo Sul são as que apresentam maiores proporções de municípios que contém essas ações em suas programações anuais de saúde no período, sendo, respectivamente, 37,50%, 26,47% e 23,81% (Gráfico 1). Cabe ressaltar que a macrorregião Leste possui a maior proporção de população negra da Bahia (84,49%). Enquanto a Nordeste e a Extremo Sul ocupam o quarto e o sexto lugar em proporção de população negra com 78,97% e 77,19%.

Gráfico 1 - Proporção de população negra e proporção de municípios com ações de saúde com foco na população negra, por macrorregião de saúde, Bahia, 2025.



Fonte: Elaborado pelo SEINP/BA com dados do Sistema DGMP, 2025.

5.3. No período analisado, identificaram-se 599 ações de saúde que contemplam diretamente a população negra, distribuídas por macrorregião de saúde (Quadros 2 a 10). Foram apresentadas em sua maioria nas PAS de execução dos anos 2022 (160), 2023 (174) e 2024 (169), sendo apenas 96 ações programadas para o ano de 2025.

Quadro 2 . Número de ações de saúde voltadas para a população negra nas PAS 2022-2025 por município e ano de execução, Macrorregião de Saúde Centro Leste, Bahia, 2025.

Município	Número de ações de saúde com foco na população negra				
	2022	2023	2024	2025	Total
AMÉLIA RODRIGUES	0	0	1	0	1
BONINAL	1	2	2	2	7
CORACÃO DE MARIA	1	1	0	0	2
FEIRA DE SANTANA	4	9	9	10	32
NOVA FÁTIMA	0	2	2	0	4
PÉ DE SERRA	5	5	5	0	15
RAFAEL JAMBEIRO	3	1	1	1	6
RIACHÃO DO JACUÍPE	4	4	4	4	16
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	0	1	3	0	4
SERRINHA	2	2	2	2	8

Fonte: Elaborado pelo SEINP/BA com dados do Sistema DGMP, 2025.

Quadro 3 . Número de ações de saúde voltadas para a população negra nas PAS 2022-2025 por município e ano de execução, Macrorregião de Saúde Centro Norte, Bahia, 2025.

Município	Número de ações de saúde com foco na população negra				
	2022	2023	2024	2025	Total
CALDEIRÃO GRANDE	1	1	1	0	3
CAPIM GROSSO	0	1	1	1	3
IBIPEBA	5	3	3	3	14
IRECÊ	4	4	7	0	15
JUSSARA	0	0	1	1	2
LAPÃO	1	1	0	0	2
UIBAÍ	5	4	4	5	18

Fonte: Elaborado pelo SEINP/BA com dados do Sistema DGMP, 2025.

Quadro 4 . Número de ações de saúde voltadas para a população negra nas PAS 2022-2025 por município e ano de execução, Macrorregião de Saúde Extremo Sul, Bahia, 2025.

Município	Número de ações de saúde com foco na população negra				
	2022	2023	2024	2025	Total
ALCOBAÇA	1	1	1	0	3
CARAVELAS	3	3	0	0	6
EUNÁPOLIS	13	13	13	13	52
ITAMARAJU	1	1	0	0	2
PORTO SEGURO	5	7	7	7	26

Fonte: Elaborado pelo SEINP/BA com dados do Sistema DGMP, 2025.

Quadro 5 . Número de ações de saúde voltadas para a população negra nas PAS 2022-2025 por município e ano de execução, Macrorregião de Saúde Leste, Bahia, 2025.

Município	Número de ações de saúde com foco na população negra				
	2022	2023	2024	2025	Total
AMARGOSA	0	1	2	2	5
CACHOEIRA	0	1	2	0	3
CAMAÇARI	0	3	1	0	4
CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	0	0	1	1	2
CRUZ DAS ALMAS	4	4	4	4	16
DIAS D'ÁVILA	0	1	0	0	1
ITATIM	0	0	0	1	1
LAURO DE FREITAS	2	1	0	0	3
MUTUÍPE	4	4	4	4	16
POJUCA	2	1	1	0	4
SALVADOR	3	2	2	0	7
SANTA TERESINHA	1	0	0	0	1
SANTO ANTÔNIO DE JESUS	2	2	2	2	8
SÃO MIGUEL DAS MATAS	0	0	0	2	2
SAPEAÇÚ	4	4	4	4	16
SIMÕES FILHO	1	1	1	0	3
VARZEDO	1	1	1	1	4
VERA CRUZ	0	0	1	0	1

Fonte: Elaborado pelo SEINP/BA com dados do Sistema DGMP, 2025.

Quadro 6 . Número de ações de saúde voltadas para a população negra nas PAS 2022-2025 por município e ano de execução, Macrorregião de Saúde Nordeste, Bahia, 2025.

Município	Número de ações de saúde com foco na população negra				
	2022	2023	2024	2025	Total
ALAGOINHAS	6	7	7	0	20
ARAMARI	2	2	2	2	8
CARDEAL DA SILVA	2	2	2	2	8
CIPÓ	2	4	4	0	10
ENTRE RIOS	2	1	1	0	4
INHAMBUPE	1	1	1	0	3
PEDRÃO	2	2	2	2	8
RIBEIRA DO POMBAL	2	2	2	2	8
RIO REAL	1	0	0	0	1

Fonte: Elaborado pelo SEINP/BA com dados do Sistema DGMP, 2025.

Quadro 7 . Número de ações de saúde voltadas para a população negra nas PAS 2022-2025 por município e ano de execução, Macrorregião de Saúde Norte, Bahia, 2025.

Município	Número de ações de saúde com foco na população negra				
	2022	2023	2024	2025	Total
CAMPO FORMOSO	3	4	4	4	15
FILADÉLFIA	2	1	0	0	3
PINDOBAÇU	2	2	2	0	6
REMANSO	2	2	2	0	6
SENHOR DO BONFIM	2	3	4	0	9

Fonte: Elaborado pelo SEINP/BA com dados do Sistema DGMP, 2025.

Quadro 8 . Número de ações de saúde voltadas para a população negra nas PAS 2022-2025 por município e ano de execução, Macrorregião de Saúde Oeste, Bahia, 2025.

Município	Número de ações de saúde com foco na população negra				
	2022	2023	2024	2025	Total
BARREIRAS	0	0	3	3	6
BOM JESUS DA LAPA	0	1	1	0	2
IBOTIRAMA	3	3	3	3	12
SÃO DESIDÉRIO	0	1	1	0	2
WANDERLEY	1	1	1	0	3

Fonte: Elaborado pelo SEINP/BA com dados do Sistema DGMP, 2025.

Quadro 9 . Número de ações de saúde voltadas para a população negra nas PAS 2022-2025 por município e ano de execução, Macrorregião de Saúde Sudoeste, Bahia, 2025.

Município	Número de ações de saúde com foco na população negra				
	2022	2023	2024	2025	Total
BARRA DA ESTIVA	2	1	2	0	5
BELO CAMPO	3	3	3	0	9
MACARANI	1	0	0	0	1
MALHADA	2	0	0	0	2
NOVA CANAÃ	2	2	0	0	4
PARAMIRIM	0	6	2	0	8
POÇÕES	1	1	1	1	4
RIBEIRÃO DO LARGO	4	4	4	4	16
RIO DO ANTÔNIO	1	0	0	0	1
SEBASTIÃO LARANJEIRAS	2	2	0	0	4

Fonte: Elaborado pelo SEINP/BA com dados do Sistema DGMP, 2025.

Quadro 10 . Número de ações de saúde voltadas para a população negra nas PAS 2022-2025 por município e ano de execução, Macrorregião de Saúde Sul, Bahia, 2025.

Município	Número de ações de saúde com foco na população negra				
	2022	2023	2024	2025	Total
CAIRU	2	2	2	2	8
IBIRATAIA	2	2	2	0	6
ITUBERÁ	10	10	10	0	30
JEQUIÉ	4	3	3	0	10
JITAÚNA	2	2	2	0	6
NILO PECANHA	1	1	1	0	3
TAPEROÁ	2	2	0	0	4
URUÇUCA	0	1	1	0	2
VALENÇA	1	1	1	1	4

Fonte: Elaborado pelo SEINP/BA com dados do Sistema DGMP, 2025.

5.4. As macrorregiões Leste, Centro Leste, e Extremo Sul programaram os maiores quantitativos de ações de saúde voltadas para a população negra no período, sendo, respectivamente, 97, 95 e 89. Os municípios que apresentaram

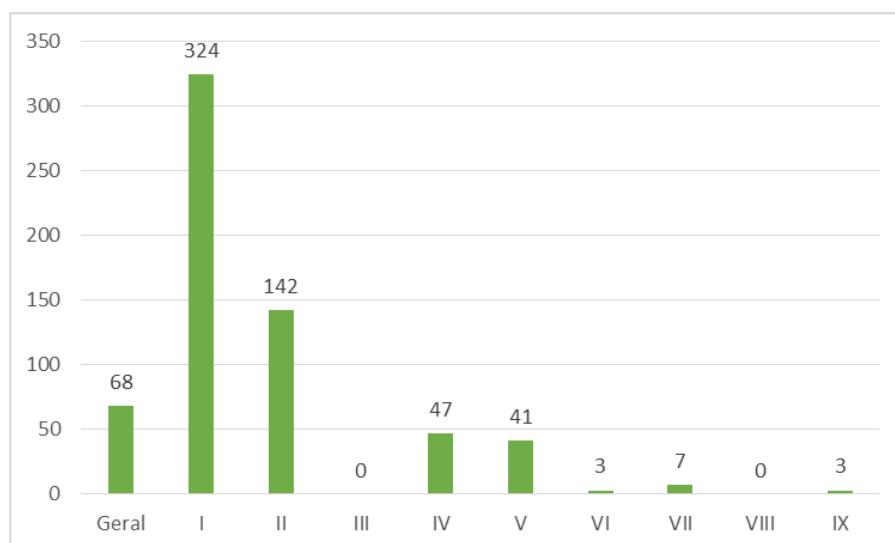
estas ações de saúde têm proporção de população negra entre 58,98 e 95,00%, sendo que apenas um dos dez municípios baianos com maior proporção de população negra está entre eles (Pedrão - 4º). Os municípios que se destacaram por apresentar mais de 20 ações de saúde foram Eunápolis (52), Feira de Santana (32), Ituberá (30) e Porto Seguro (26), que juntos representam 23,37% das ações de saúde para população negra programadas nos municípios baianos no período. Estes municípios ocupam, respectivamente, a 275ª, 151ª, 134ª e 326ª posição entre os municípios com maior proporção de população negra da Bahia.

5.5. Dentre as 599 ações voltadas para a saúde da população negra apresentadas pelos municípios baianos em suas PAS, 31 (5,18%) citam políticas, entre "políticas públicas" e políticas nacionais ou municipais. Dez dessas, distribuídas em três municípios (Amargosa, Eunápolis e Feira de Santana), mencionam expressamente a PNSIPN, se referindo a implantação e ao fortalecimento da Política.

5.6. Embora a maioria (98,33%) das ações de saúde analisadas não mencionem expressamente a PNSIPN e nenhuma faça referência direta à Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População Negra, comprehende-se que todas as ações se relacionam com estas políticas, considerando os seus objetivos, estratégias e a responsabilidade da esfera municipal de saúde na sua implantação e implementação. Algumas (68) abordam apenas de maneira geral a promoção da saúde integral da população negra, sem detalhamento ou expressões que permitam correlacionar com dimensões específicas da PNSIPN, como, por exemplo, "Implementar políticas públicas de saúde voltadas para a população negra e quilombola".

5.7. Dentre as 531 ações de saúde cuja descrição permite verificar uma ou mais das dimensões específicas da PNSIPN, a maioria (324) está relacionada a garantia e ampliação do acesso da população negra às ações e aos serviços de saúde, sendo que 109 delas apontam particularidades das populações quilombolas; seguida da dimensão relacionada a inclusão dos temas correlatos a política nas atividades de formação e educação permanente, com 142 ações (Gráfico 2). Nenhuma ação de saúde apresentada pelos municípios baianos se relacionou com as dimensões III e VIII, identificadas na metodologia. Desta forma, não foram encontradas ações que se referem ao combate e prevenção de violência no trabalho e ao monitoramento e a avaliação das mudanças na cultura institucional.

Gráfico 2 - Número de ações voltadas para a população negra por dimensões da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, Bahia, 2025.



5.8. A maioria (88,46%) dos municípios que apresentaram ações de saúde voltadas para a população negra as relacionou com até duas das nove dimensões específicas. Os municípios que relacionaram com o maior número de dimensões específicas foram Ituberá (07), Alagoinhas (04), Eunápolis (04), Feira de Santana (04) e Ribeirão do Largo (04). Estes ocupam, respectivamente, a 134^a, 103^a, 275^a, 151^a e 229^a posição entre os municípios com maior proporção de população negra da Bahia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1. Esta análise identificou as ações de saúde nos municípios da Bahia relacionadas especificamente com a saúde da população negra, evidenciando que a maioria dos municípios não as apresenta nas PAS do ciclo 2022-2025. Entre os 78 municípios que programaram as ações específicas nas PAS, apenas um encontra-se dentre os dez com maior proporção de população negra no Estado.

6.2. A presença de ações para este público na PAS permite inferir que estes municípios estão mais alinhados com suas responsabilidades previstas na PNSIPN, dado que organizam a execução de ações e a reserva de recursos em saúde para a operacionalização do Plano de Saúde no ano em questão, direcionando atenção a população negra de acordo com suas especificidades.

6.3. Por outro lado, cabe destacar que o fato de um município não planejar ações específicas para a população negra não significa a ausência de cuidado destinado a ela, visto que esta compõe a população geral do município. Assim, em tese, estaria contemplada nas demais ações de saúde presentes nas PAS, mesmo que o município não tenha ações explícitas em busca de equidade étnico-racial.

6.4. O esforço para garantir e ampliar o acesso da população negra às ações e aos serviços de saúde, bem como a inclusão dos temas relacionados ao combate às discriminações e temas específicos de saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente da força de trabalho em saúde nos municípios que propõe ações de saúde voltadas para a população negra são reconhecidos como importantes para o enfrentamento ao racismo. No entanto, a ausência ou baixa frequência de ações de saúde claramente relacionadas com algumas dimensões específicas da PNSIPN pode indicar, entre outros fatores, a dificuldade de operacionalização dos objetivos da Política nas práticas de planejamento em saúde no âmbito municipal.

6.5. Ressalta-se que esta análise descritiva, embora seja relevante e amplie as informações disponíveis sobre o planejamento das ações de saúde da população negra, não avalia a qualidade ou a efetividade das ações identificadas de forma individualizada ou comparada entre municípios. Portanto, não permite inferir se há diferença entre o cuidado prestado à população negra residente nos municípios que possuem ações de saúde específicas nas PAS e o prestado nos municípios em que essas ações não contêm esse enfoque. Desta forma, sugere a necessidade de novas investigações para compreender os possíveis impactos nos indicadores de saúde.

6.6. Diante dos dados supracitados, evidencia-se a necessidade de ampliar a inclusão de ações que refletem a PNSIPN nos instrumentos de planejamento e gestão municipais da Bahia, especialmente nos municípios com maior proporção de população negra, além de avançar na operacionalização de dimensões com baixa frequência ou ausência de ações no período investigado. Reforça-se a premência de

aproximação e oferta de apoio às gestões municipais para ampliar as ações de saúde que considerem as especificidades da população negra e o combate à discriminação racial, as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, a fim de implementar a PNSIPN e superar as barreiras de acesso cotidianas na Rede de Atenção à Saúde. Assim, fortalecendo o planejamento em saúde, espera-se contribuir para a melhoria nas condições de saúde dessa população.

6.7. A análise das ações de saúde presentes nas PAS dos municípios da Bahia auxilia o SEINP/SEMS-BA na eleição de prioridades para as ações de apoio institucional e também pode fornecer subsídios para estratégias e estudos futuros sobre a implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra.

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

MARIA FERNANDA PAIVA GONÇALVES DOS SANTOS
Residente em Saúde Coletiva - Planejamento e Gestão de Saúde

DESIRÉE DOS SANTOS CARVALHO
Enfermeira

ITANA MIRANDA DOS SANTOS
Tecnologista

MARCELE SANTANA DE FREIRAS
Analista Técnico de Políticas Sociais

MIRELLA DIAS ALMEIDA
Analista Técnico de Políticas Sociais

FRANCISCO BORGES RODRIGES NETO
Analista Técnico de Políticas Sociais

Chefe do Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa



Documento assinado eletronicamente por **Desiree dos Santos Carvalho, Enfermeiro(a)**, em 03/06/2025, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirella Dias Almeida, Analista Técnico de Políticas Sociais**, em 03/06/2025, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Borges Rodrigues Neto, Chefe do Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa**, em 03/06/2025, às 20:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Itana Miranda dos Santos, Tecnologista**, em 04/06/2025, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcele Santana de Freitas, Analista Técnico de Políticas Sociais**, em 05/06/2025, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Moraes Rebouças, Superintendente Estadual do Ministério da Saúde na Bahia substituto(a)**, em 06/06/2025, às 20:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0048134196** e o código CRC **A85C4774**.

Referência: Processo nº 25022.000434/2025-49

SEI nº 0048134196

Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa - SEINP/BA
Avenida Jequitaia, nº 07, 4º e 5º andar - Bairro Comércio, Salvador/BA, CEP 40015-902
Site - www.saude.gov.br